

From: *Dados pessoais*
To: [Consulta Publica ERSE](#)
Subject: Consulta Pública 93
Date: 20 de novembro de 2020 18:04:18
Attachments: [WarningERSE_480131b5-14ad-4aac-86ac-828bac377a4d.png](#)



Ex.mos Senhores

Estive a tentar ler a proposta e o documento justificativo e, mesmo para mim que sou engenheiro civil, devo dizer que não é nada fácil interpretar um documento legislativo tal qual este existe e está formulado.

Demasiadas siglas, falta de inteligibilidade do documento, falta de fluidez na sequência do articulado... Acho que nem todos em Portugal somos Advogados ou peritos em legislação energética.

De qualquer forma, o meu input apenas quer refletir a necessidade que vejo junto de amigos e clientes que, ao serem confrontados com a possibilidade de investir 3 ou 4 mil euros num sistema solar fotovoltaico (o que eu sugiro desde logo com a execução das habitações), ficam sem saber muito bem como gerir os excedentes, se os armazenam (e as baterias ainda são caras e de curta duração - 10 anos em média para as de Lítio/Ferro), ou se pura e simplesmente os entregam gratuitamente na rede pois pagar uma taxa de 500 euros para poder ser produtor e ser ressarcido de todo esse esforço com valores que estão abaixo dos 5 cêntimos por Kw quando a compra acontece, nas horas de vazio, acima dos 10 cêntimos por Kw e nos restantes períodos pode atingir os 18 cêntimos por Kw, é um mau negócio.

Neste enquadramento a maioria opta por não comprar baterias e optar por um sistema de injeção zero, ou seja, que desperdiça o excedente produzido ou na melhor das hipóteses injetam na rede pública (cujo único distribuidor é a EDP Distribuição, situação que não é boa num mercado que se quer concorrencial) a custo zero para quem a recebe.

De forma simples e atalhando caminho, se queremos em definitivo que Portugal esteja na vanguarda da produção de energia limpa e deixemos de depender de forma tão extensa dos combustíveis fósseis, sugiro que, à semelhança do Brasil, por exemplo, onde um proprietário de uma casa pode entregar o excedente de energia produzida ao seu comercializador e ficar com "créditos" para usar quando precisa de consumir mais do que produz (<https://www.portalsolar.com.br/como-vender-energia-solar>), optemos por solução idêntica.,

Temos de abordar esta questão de forma simples e garantir uma livre concorrência por parte dos operadores comercializadores e que, nessa concorrência, ninguém se recusa a "comprar" os excedentes pois neste momento apenas da EDP Universal o faz com valores absurdos face aos valores de mercado. Aliás, a ideia nem será o retorno financeiro mas o retorno em créditos ou Kw se assim o entendermos, deduzidos, claro, das despesas de gestão da rede pública.

Pouca gente sabe que a EDP Produção, por exemplo, como tem excedente de energia no período noturno, chega a usar esse mesmo excedente para bombagem de água nas barragens para montante, armazenando a energia de forma cinética.

Estou certo que o número de produtores em autoconsumo seria imensamente maior no caso de vir a ser implementado o sistema de créditos em Kw para usar nos momentos em que o sistema instalado não chegue para o consumo. E algo que rondasse os 80% de

retorno (se injetei 10Kw tenho direito a 8Kw) seria suficiente.

Outra questão é que não se justifica que a comunicação com os operadores tenha obrigatoriamente de ser feita por GSM ou por linha terrestre. Parece que ainda estamos em 1980... Hoje há Wifi e internet em todo o lado e só faz sentido que esta seja a prioridade e não o GSM.

Deixo aqui a minha ideia de abordagem que, podendo estar replicada no documento em Consulta Pública, não o está de forma simples. Estou certo que este será o melhor caminho para atingirmos a independência energética das fontes não sustentáveis e garantirmos um melhor País e um melhor Ambiente para todos.

Com os melhores cumprimentos

Paulo Santos

Dados pessoais